

O BODO DE SALVATERRA DO EXTREMO: SABERES E RITUAIS

por

Vasco A. Valadares Teixeira¹

Resumo: O Bodo de Nossa Senhora da Consolação atravessa memórias e ritualiza-se com as roupagens do tempo. Religiosidade e laicismo enraízam-se nos saberes e práticas alimentares ancestrais. As ideias e coisas dos patrimónios consolidam-se, já não pelas instituições dos Festeiros e Bodeiros da antiga organização comunitária. Se a Igreja persiste na sacralização das comidas em dádiva no bodo, são os novos poderes civilistas que o sustentam. A Confraria do Bodo de Salvaterra do Extremo organiza-o e os poderes autárquicos suportam-no, num reforço assertivo de prestígios e identidades. Dos horizontes espera-se que a nova invasão seja a da modernidade global e que esta, enfim, se (re)invoque em turismos.

Palavras-chave: Bodo; Comidas; Patrimónios.

Abstract: The Bodo – a ritualized distribution of food – de Nossa Senhora da Consolação (of Our Lady of Consolation) is grounded in longstanding memories being ritualized with the clothing of present times. Ancestral knowledge and old eating habits root the present religious and laic practices. Today local heritage, both tangible and intangible, is consolidated, even though Festeiros and Bodeiros from the old communal organization no longer have a role. Church still persists in the sacralization of this ritualized gift of food while the – laic – local government pay the expenses. The Confraria (Confraternity) do Bodo de Salvaterra do Extremo (a village in central-eastern Portugal) assures all the organization aiming to reinforce local prestige and identity. Locals hope that future will bring both tourists and modernity to Salvaterra.

Key-words: Bodo; Foodways; Heritage.

O LOCAL

Com vestígios de povoamento desde o Paleolítico, a antiga vila de Salvaterra do Extremo, hoje aldeia, foi sede de concelho desde o 1.º foral, atribuído por D. Sancho II, em 1229, até à sua extinção, em 1855. Atualmente, pela Reorganização Administrativa do Território das Freguesias, está agregada na União das Freguesias

¹ Antropólogo. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (doutorando).

de Monfortinho e Salvaterra do Extremo, desde 2013². De acordo com o censo de 2011 (INE), esta fusão de freguesias reúne 706 habitantes, 170 de Salvaterra e 536 de Monfortinho, e uma área 135,39 km², dos quais 82,13 pertencem a Salvaterra, e 53,26 a Monfortinho, o que, em termos de densidade populacional, corresponde, respetivamente, na união de freguesias, a 5,2 hab/km², a 2,1 hab/km² em Salvaterra do Extremo e a 10,1 hab./km² em Monfortinho³.

Implantada na Beira Baixa, distrito de Castelo Branco, integra-se no extenso território do concelho de Idanha-a-Nova (1412,73 km²), rústico e rural, numa área geográfica de grandes particularidades, que integra a grande divisão (geográfica) física e paisagística entre o Norte e o Sul do país, como definiu Orlando Ribeiro ([1969] 1991: 222). A identificação de tal contraste, foi afirmada por aquele geógrafo assinalando essa transição na paisagem, na orografia do terreno, na estrutura tradicional da propriedade e nas diversificadas aptidões produtivas dos seus solos – o latifúndio, de monoculturas de sequeiro extensivas (trigo) e pastoreio, crescentes a Sul, o minifúndio de policulturas húmidas (milho e hortícolas), e de sequeiro (leguminosas, como o grão-de-bico e os feijões), mais associadas às economias agropastoris de subsistência, a Norte⁴. Acresce-lhe ainda a situação raiana, vincada pelo curso do rio Erges, integrado nos 60% de fronteira húmida de Portugal. A circunstância da sua localização na raia inscreve-lhe a história e as características de antiga povoação fortificada, na linha de defesa da fronteira político-administrativa desde a Idade Média⁵.

² Cf. Lei n. 11-A/2013, *Diário da República*, 1.ª série – n.º 19 – 28 de janeiro de 2013, 552 (58).

³ Em relação ao concelho, os dados mais recentes estimados pelo INE, com a última atualização de dados em 08 de janeiro de 2016, referem, para 2013, uma população residente de 9108 habitantes, e uma densidade populacional de 6,4 hab./km² e, para o ano seguinte, 2014, uma densidade populacional de 6,3 hab/km², não mencionando, contudo, o n.º de residentes, embora, em razão de proporcionalidade, se possa presumir o seu n.º como próximo a 8965 ou 8966 residentes, o que não deixa de indiciar, no mínimo, o progressivo despovoamento já registado em 2011, cf. (https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_unid_territorial&menuBOUI=13707095&contexto=ut&selTab=tab3). No último censo oficial (INE), Idanha-a-Nova contava com 9 716 residentes (com o máximo de 33439, em 1950, e 1100, em 1960), dos quais 44% tinha uma idade igual ou superior a 65 anos. Nos últimos 20 anos, o decréscimo da densidade populacional (INE) reflete a redução da população em cerca de 30%, situando-se, no censo, nos 7 hab/km².

⁴ No entanto, a Norte, encontram-se ainda alguns exemplos de grande propriedade, casos como a Herdade do Vale Feitoso, em Monfortinho, ou o Arraial do Burrinho, em Monsanto, propriedade ligada ao Marquês da Graciosa. Relativamente à vizinha freguesia do Rosmaninhal, encontra-se uma sucinta, mas interessante descrição, "Atividades Agrícolas", em Pinheirinho (2001: 175-182).

⁵ José Mattoso (1985b: 194-96), a propósito da construção do território do país, refere o caso das fronteiras definidas por rios, o Minho, no início do séc. XII e o Eljas (Erges), entre os reinos de Portugal e Leão, em 1165, mencionada na doação de Idanha e Monsanto aos Templários (1985b: 194, n.º 29; 201). O historiador salienta ainda que o próprio sentido do termo "Beira" incluía "toda a zona das montanhas a sul do Douro, [e que] deriva do vocábulo comum que significa justamente a terra ao

De apreciável significado, em termos de caracterização geográfica, à escala física e humana, e de enquadramento histórico, é a descritiva apreciação que o olhar de Jaime Lopes Dias (1890-1977) traça do território de Idanha-a-Nova, tal como este se apresentava, em termos sintéticos, na primeira metade do segundo quartel do século XX.

Também ele enfatiza esta inegável divisão entre o norte e o sul de Idanha-a-Nova, identificando o rio Pônsul como elemento fundamental de demarcação. À área norte atribui a designação de serrana ou beiroa, "mais Beira Baixa pelos seus costumes e culturas", vincada pela maior elevação (altitude), o acidentado do terreno, e a presença de linhas de água de pequena escala. Atribuindo-lhe um quarto da área do concelho (cerca de 400 km²), inclui "Aldeia de Santa Margarida, Medelim, Monsanto, Penha Garcia, Proença-a-Velha, São Miguel de Acha e metade da freguesia de Idanha-a-Nova". Em matéria de estrutura fundiária, reconhece que esta apresenta "uma melhor distribuição da propriedade", com 10775 propriedades (média de 3,71 ha) e uma população de 13181 habitantes (33 hab/km²).

Relativamente à área sul do concelho nomeia-a, por seu lado, como "acentuadamente alentejana", caracterizada pela extensa superfície plana, sem grande expressão de elevações, pelo clima mais quente e seco, apresentando-se mais despida de arvoredos e com a presença de linhas de água mais significativas. Afetando-lhe a superfície de 1022,5 km², agrega-lhe as aldeias de "Alcafozes, Ladoeiro, Rosmanhal, Salvaterra do Extremo, Segura, Zebreira e [a outra] metade de Idanha-a-Nova". Face à estrutura do património fundiário, Lopes Dias identifica, como mais significativo, um tipo de propriedade menos dividida e de maior dimensão, possuindo 10029 propriedades agrícolas (média de 10,19 ha) e uma população de 14771 habitantes (14,4 hab/km²).

FRONTEIRAS

A situação fronteiriça e as suas implicações na vivência e nos modos de vida da comunidade, induz a refletir sobre a circunstância pela qual as suas relações de proximidade e sociabilidade lúdica são expressivas com a vizinha vila (município) de Zarza la Mayor, ligadas por estrada apenas em 2008, com a construção de um açude e vias de acesso em ambas as margens. A distância de 4 a 5 km passou a separar-lhes o contacto. Monfortinho, a atual sede da união das freguesias, dista,

longo da 'fronteira", (*idem*, pp. 188-9).

por sua vez, cerca de 12,5 km e as Termas de Monfortinho, uns 14 a 15 km.

Os exemplos (históricos) de conflitos e contendas em diversos trechos das fronteiras políticas entre Portugal e Espanha dão conta dessa ambiguidade no relacionamento de populações vizinhanças nas zonas fronteiriças. É de algum modo consensual o entendimento relativo ao Tratado de Alcanices (1297) com sendo a definição elementar das fronteiras do território nacional, "que as fixou de maneira praticamente definitiva até aos nossos dias", como afirma José Mattoso (1985b: 194). J. Leite de Vasconcelos, abordando as premissas da "Terra de Portugal", afirma que este tratado negociado por D. Dinis⁶, consolidou a posse de territórios e povoações fronteiriças em Ribacôa, Alentejo e Beira-Baixa (1980: 228-9). Contudo, até ao final do século XX, são recorrentes as discórdias e conflitos (dos quais ainda subsiste o caso exemplar de Olivença)⁷.

Apesar dos sucessivos e históricos acordos político-administrativos entre os dois estados (Portugal e Espanha), são várias as situações que dão conta da persistência dessas conflitualidades de fronteira, perpetradas por constantes pelejas entre comunidades vizinhas das duas nações – ainda em 1864, ambos os Estados concordam em redefinir o traçado de fronteiras, devido ao "estado de desassossego em que se encontram muitos povos nos confins dos dois reinos por não existir uma demarcação bem definida do território" (*ap. Vasconcelos, op. cit.*, p. 235), o que vem a suceder retrazendo "a fronteira desde a foz do rio Minho até a junção do Caia com o Guadiana" (*idem*, p. 236), e prescrevendo-a por tratado, em 1866, no qual ainda se anexava referências à "utilização dos rios fronteiriços, à apreensão de gados e à feitura e colocação de marcos divisórios dos dois reinos" (*ibid.*).

Entre as representações mais ou menos idílicas das vivências e modos de vida associados à(s) fronteira(s), e as vertentes românticas que os veem enquanto mundos com rasgos de aventureirismo recheado de heroicidades, conceções próprias de um certo cosmopolitismo, ficará, porventura, a realidade desprovida de tão cativantes atributos. O retrato das relações entre comunidades de Estados-nação contíguos, não parece conformar-se com essas idealizações projetadas em territórios e comunidades que os contextualizam.

⁶ Tratado assinado por D. Dinis, rei português, e D. Fernando IV, rei de Leão e Castela (cf. Vasconcelos, 1980: 228).

⁷ Uma elucidativa explanação sobre os contextos históricos de guerras e confrontos de fronteira entre Portugal e Castela e/ou Espanha, partindo do epicentro de Salvaterra do Extremo e percorrendo o espaço temporal do século XII ao século XIX, encontra-se em Rodrigues e Moreira, especialmente nos caps. XI, XIII-XV (2013: 156-78; 194-270), ou seja, desde 1165, a cedência feita por D. Afonso Henriques à Ordem dos Templários, do território dos termos de Idanha-a-Velha, Monsanto e Salvaterra, a 1846, reinado de D. Maria II, quando Salvaterra do Extremo perde a sua existência como praça militar.

Não parece existir um "Nós", local, contraposto à respetiva retaguarda em cada um dos dois Estados, pelo contrário, antes se afirmam e reafirmam as identidades abrangidas por ambas as nacionalidades. O "Outro" são sempre "eles", os de lá.

Como anota Eduarda Rovisco na conclusão da sua tese, relativamente à fronteira luso-espanhola em causa (concelho de Idanha-a-Nova), "Esta investigação revelou não nos encontrarmos face a uma zona transfronteiriça com uma população unida, à qual o Estado impõe uma separação artificial (Grimson, 2003b: 166), desvendando ainda que os vínculos estabelecidos entre as populações dos dois lados da fronteira operaram no sentido de ressignificar e reforçar as fronteiras simbólicas em vez de as diluir" (Rovisco 2013: 380)⁸.

Deste modo, perante a intenção de nos referirmos a Salvaterra do Extremo e ao seu bodo em honra de Nossa Senhora da Consolação, alude-se à questão da fronteira luso-espanhola, nos termos ainda expressos pela referida antropóloga: "Estaremos assim longe de poder falar de uma identidade raiana comum aos dois flancos da fronteira. (...) se alguma coisa existe de comum parece ser a força com que a nacionalidade se institui como categoria transversal e estruturante dos vínculos entre estas populações, embora esta categoria se revele mais saliente do lado português" (Rovisco, 2013: 381).

Contudo, como atrás se referiu, a sociabilidade e a cumplicidade entre ambas as povoações, registam uma relação de vizinhança que foi capaz, em circunstâncias de extrema necessidade (como foi, a um tempo mais presente, a guerra civil de Espanha) de uma solidariedade repartida. A frequentação de eventos como bailes e festas em Zarza la Mayor, ainda antes da aproximação criada pela açude, foi-me referida por quem terá entre os 50 e os 65 anos, lembrando a juventude (nomeadamente mulheres), além do que, a propósito da Guarda Fiscal, se regista na mais recente monografia, "Na lembrança do mais velhos ainda se vislumbram os tempos do contrabando, das simples tentativas em comprar chocolates ou caramelos em Espanha e das idas aos bailes e festas em Zarza la Mayor (...)" (Rodrigues e Moreira, 2013: 75).

⁸ Nota: a referência incluída pela autora neste trecho, respeita a Alejandro Grimson (2003). *La nación en sus límites: contrabandistas y exiliados en la frontera Argentina-Brasil*. Barcelona: Gedisa.

HISTÓRIA

A importância simbólica desse passado histórico que elevou Salvaterra do Extremo a sede de concelho, no século XIII e lhe atribuiu uma feição de perfil militar (fortaleza) até a praça militar ser desativada (e posteriormente desmantelada em 1846⁹, prolongou-se até ao século XX, pela presença, já não do exército, mas da força paramilitar da Guarda Fiscal (Rodrigues e Moreira 2013, Rovisco 2013).

A evocação desse passado é reiterada como representação simbólica do próprio estatuto e dignidade da comunidade, e assim reivindicado como elementos intrínsecos à própria identidade. Nenhuma das monografias locais conhecidas prescinde desses elementos, sempre enfatizados como perfil de Salvaterra do Extremo e, por extensão, aos seus próprios filhos ("salvaterrianos"?). Aliás, não deixará de parecer interessante o facto de todos os autores das monografias locais conhecidas se referenciarem a militares¹⁰.

Não menos significativos, como espólio dessa viagem pelos tempos, são os testemunhos construídos: a igreja matriz de Nossa Senhora da Conceição, classificada como Imóvel de Interesse Público, com presumida existência anterior ao séc. XVI, tem registo histórico de renovação em progressivas intervenções, a edificação do campanário e a reconstrução da fachada (meados do mesmo século) que lhe deu a traça atual, e a joia que representa o retábulo-mor, com o douramento realizado no séc. VIII. É nela que se realiza o ofício religioso associado aos rituais da Festa da Senhora da Consolação e de onde parte a procissão para a sua capela, na Devesa¹¹;

⁹ Cf. Mendes ([1914]: 56, 70); Rodrigues e Moreira, (2013: 176). A edificação fortificada foi desmantelada pelo povo e as suas pedras aproveitadas para construções particulares, assim como, mais tarde, a própria pedra com as armas reais, como afirma Mendes, "A pedra com as armas reais ainda é do nosso tempo, tendo sido destruída e empregada talvez em edifícios particulares" (*op. cit.* p. 71).

¹⁰ Cf. Bargão [1945], Mendes [1914], Rodrigues e Moreira (2013). Apesar da nomeação do gentílico usada por José Dias Bargão na sua monografia, a forma "Savaterrenhos" ([1945]: 70), não parece sustentar-se em termos formais. O possível gentílico para Salvaterra do Extremo é, ou parece ser, a designação comum a todas as povoações com "Salvaterra" no topónimo, "salvaterrianos" – como indica o Dicionário Priberam [online]. Disponível em: <https://www.priberam.pt/dlpo/salvaterriano>. Outras variantes possíveis serão, "salvatorriano", "salvaterriano", igualmente utilizadas para Salvaterra de Magos – única freguesia registada na listagem de gentílicos do portal oficial das autarquias, cf. Portal Nacional dos Municípios e Freguesias [online]. "Gentílicos de todas as regiões do país". (Consultado em 23/março/2018). Disponível em <http://www.municipiosefreguesias.pt/index.php/show/curiosidade/23/Gent%C3%ADlicos-de-todas-as-regioes-do-Pais-Como-se-chamam-os-habitantes-de>. Ver, ainda, Portal da Língua Portuguesa [online] "Dicionário de Gentílicos e Topónimos". O mesmo caso suscita indiciar-se em Espanha, com o castelhano, cf. Real Academia Española. Dicionario Usual [online], "salvaterriano". Disponível em: <http://dle.rae.es/srv/search?m=30&w=salvaterriano>.

¹¹ Cf. Igreja matriz de Salvaterra do Extremo – DGPC – Detalhe [online]. "Nota Histórico-Artística". Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/74951>.

a igreja da Santa Casa da Misericórdia, classificada como Monumento de Interesse público, de construção estimada também ao início do século XVI (1505), afirma a importância da comunidade local de então e ainda se liga à Irmandade da Santa Casa da Misericórdia: "Na vila de Salvaterra do Extremo, conhecida no início do século XVI como Salvaterra da Beira, a Misericórdia terá sido criada poucos anos depois da Irmandade Lisboeta [1498], possivelmente no ano de 1505."¹²; de natureza laica é o expressivo pelourinho quinhentista, erguido frente à antiga Casa Municipal, classificado como Imóvel de Interesse Público, que ostenta dos mais marcantes motivos ornamentais manuelinos¹³.

Ainda ao mesmo nível de representações associadas ao património construído, um singular monumento memorial, colocado no início da povoação e datado de 2009, remete-nos para este universo referencial de identidade comunitária, a representação icónica do passado histórico e uma homenagem às vítimas locais da guerra colonial¹⁴.

¹² Cf. Catarina Oliveira (2004). "Nota Histórico-Artística", in Património Cultural, Direcção-Geral do Património Cultural, *Igreja da Misericórdia de Salvaterra do Extremo* [online]. Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/336301/>. A Santa Casa da Misericórdia de Salvaterra do Extremo tem registo de constituição em junho de 1913, como associação de natureza assistencial, com alteração de estatutos em abril de 1959, julho de 1983 e junho de 1987. A Irmandade, por sua vez, está formalmente constituída como associação de natureza canónica, em julho de 1983, com nova constituição de associação em agosto de 1986 e alteração de estatutos em junho de 1987, cf. GCCTB Governo Civil de Castelo Branco (1830-2013) [online]. "Santa Casa da Misericórdia de Salvaterra do Extremo" e "Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Salvaterra do Extremo". Disponível em: http://agc.sg.mai.gov.pt/results?p0=*&o0=1&v0=salvaterra+do+extremo&m0=False.

¹³ Cf. Património Cultural – Direcção-Geral do Património Cultural [online]. "Pelourinho de Salvaterra do Extremo – detalhe, Nota Histórico-Artística" (com referência a E. B. de Ataíde Malafaia (1997). *Pelourinhos Portugueses, Tentâmen de Inventário Geral*), Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/74950>.

¹⁴ A representação do castelo medieval, se bem que pareça seguir a traça daqueles que constam do livro de Duarte de Armas (1642), *Fronteira de Portugal fortificada pelos reys (...)*, do séc. X, reproduzindo até, à esquerda, a ilustração do castelo de Peñafiel (Castela) incluída na gravura do castelo de Salvaterra à direita, não corresponde, contudo, ao seu perfil. Cf. Duarte de Armas, ca 1465-? *Fronteira de Portugal fortificada pellos reys deste Reyno. Tiradas estas fortalezas no tempo del Rey Dom Manoel / copiadas por Brás Pereira 1642*. – [57] f. BNP-Biblioteca Nacional Digital [online]. Disponível em <http://purl.pt/24908>.

OS TEMPOS DO BODO

Como é comum a todas as representações, o bodo em honra de Nossa Senhora da Consolação, "O bodo ou festa de Monfortinho em Salvaterra do Extremo"¹⁵, "A Festa de Nossa Senhora da Consolação"¹⁶, ou "Bodo de Nossa Senhora da Consolação"¹⁷, conhecido, também, por "O Bodo de Salvaterra do Extremo"¹⁸, apresenta-se-nos com algumas variantes, especialmente no que respeita às imagens cultuadas em Salvaterra do Extremo e em Monfortinho.

Tomando como referência as Memórias Paroquiais, de 1758, referidas a Monfortinho, já lá se encontra a menção das pragas de gafanhotos e a ligação a um voto "mui antigo" das comunidades de Penha Garcia, Monfortinho e Salvaterra, de se deslocarem a esta (então) freguesia, à festa de Nossa Senhora da Consolação, em agradecimento da proteção recebida. Penha Garcia solicitou autorização eclesiástica para mudar o cumprimento do voto para a mais próxima ermida de Nossa Senhora da Azenha, o que passou a acontecer a partir de 1805, como elucidam Maria Adelaide Salvado e Bonifácio Bernardo¹⁹.

Consolidada na narrativa, está a natureza votiva que cumpre a festa. De acordo com Lopes Dias, em 1870, devido a uma grande praga de gafanhotos que assolava as searas e árvores de fruto na região, ameaçando a fome no devir do ano, o povo de Salvaterra do Extremo pediu a intervenção da Senhora, prometendo a realização de uma festa, uma procissão de penitência e um "bodo anual para ser servido a toda a pobreza e a quem demais o quisesse aproveitar (...). Tudo sairia das ofertas de trigo, azeite, vinho e demais géneros que a terra, livre da praga, voltaria a dar com fartura"²⁰.

¹⁵ Como é designado por José Dias Bargão que transcreve, de algum modo, a descrição apresentada por Lopes Dias, – "O bodo ou 'festa de Monfortinho' em Salvaterra do Extremo", *Boletim da Casa das Beiras*, ano X (1944), III Série – n.º 6 (Abril a Junho), pp. 26-8, e que foi de novo publicada em 1948, como "O Bodo ou 'Festa de Monfortinho' à Senhora da Consolação", na *Etnografia da Beira*, VII Volume, com edição *fac-simile* em 1991, pela Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, pp. 133-40 – a quem agradece a autorização para o fazer no "Prefácio" da sua monografia ([1945]: 7), sublinhando o estatuto de Monfortinho como lugar da freguesia de Salvaterra do Extremo (*op. cit.*, p. 68).

¹⁶ Como a nomeia o conterrâneo padre Bonifácio Bernardo, que elaborou uma monografia sobre o tema (2008).

¹⁷ Como, entre outras, utiliza a atual confraria: "Confraria do Bodo de Salvaterra do Extremo", "Bodo de Salvaterra do Extremo de N.ª S.ª da Consolação" (documento interno da Confraria), "Bodo de Nossa Senhora da Consolação – Salvaterra do Extremo", como consta da insígnia da Confraria, e "Bodo a Nossa Sra. da Consolação" (documento da Confraria).

¹⁸ Ou simplesmente "Bodo de Salvaterra", como se referencia trivialmente na oralidade.

¹⁹ Cf. Salvado (2001: 23-4); Bernardo, *op. cit.*, pp. 13-4.

²⁰ Cf. ([1944] 1991: 134). Lopes Dias, que assistiu ao evento e registou depoimentos locais em 1944, cita Pinho Leal a propósito da data da praga, uma vez que este autor, em vez da versão que a

Por razões que se prendem com a distância, a morosidade e os incómodos da romaria de Salvaterra do Extremo a Monfortinho, que impediam a deslocação dos mais idosos e de quem tinha a saúde afetada, um grupo de notáveis tomou a iniciativa de reconstruir, sobre as ruínas de uma antiga ermida, uma capela dedicada à Senhora da Consolação onde, a partir de 1905, Salvaterra passou a cumprir o voto²¹.

Com mais de uma semana de diferença em relação à celebração do Bodo de Nossa Senhora da Consolação em Salvaterra do Extremo, consumado na segunda-feira imediata ao Domingo de Páscoa, Monfortinho celebra o seu bodo no décimo e no décimo primeiro dia seguintes ao mesmo domingo.

Para as celebrações do bodo, ambas as comunidades se regravam por uma comissão de bodeiros (presidente, tesoureiro e secretário) que se ofereciam voluntariamente, em cumprimento de promessas, por devoção ou pelo prestígio, e eram instituídos por transmissão da comissão que cumprira a feitura do bodo do ano, e ratificada pelo padre, com a sua anuência e proclamação pública em ofício religioso, preferencialmente no próprio sermão da festa. Das obrigações implicadas na função, a principal era a de garantir o bom êxito dos peditórios, não apenas no povo, mas em todos os locais onde se fixavam lavradores, criadores de gado e pastores. Estas recolhas de donativos para o bodo, maioritariamente em géneros, calendarizavam-se pelo ano, na confirmação da dádiva e na sua posterior recolha, pelas colheitas. Os animais eram recolhidos apenas pela festa, onde seriam então sacrificados e arrançadas as carnes para a confeção das comidas²². Hoje já assim

situa em 1870, indica o ano de 1877 (*op. cit.* p. 133). O fenómeno e a frequência dessas invasões de gafanhotos na região raiana, como explica Maria Adelaide Salvado, a propósito da Senhora da Azenha, justifica-se pelas particularidades biológicas da espécie de gafanhotos peninsulares, que se circunscrevem habitualmente a três grandes "zonas marginais de reserva, que se localizam nos arredores de Badajoz (La Serena), em Cáceres (zona de Trujillo), no vale de Alcuia (Ciudad Real) e Córdoba (comarca de Hinojosa del Duque)", onde não causam danos. Contudo, em circunstâncias climatéricas em que a seca relativa das regiões do interior, explicáveis pela morfologia geográfica de Portugal e do contexto peninsular, tende a permanecer e a repetir-se de modo sistemático em anos consecutivos, aqueles insetos modificam o seu comportamento devido à carestia alimentar, constituindo enormes formações, com a aparência de nuvem, e partem dos seus espaços habituais numa procura voraz de alimento. (2001: 21). É com base neste facto e nas diversas anotações documentais que Bonifácio Bernardo afirma tratar-se, não do registo de uma, mas de três pragas, em 1870, 1876 e 1977 (cf. *op. cit.*, pp. 11-3). No entanto, como aponta a citada autora, parece haver ainda mais registos destas manifestações anteriormente.

²¹ Cf. Lopes Dias (*idem*). De acordo com Bonifácio Bernardo, há referências a uma ermida – de Santo Amaro, conhecida depois por capela do Senhor de Pedra –, à qual está ligada a atual capela da Senhora da Consolação. O autor corrige a designação registada por Lopes Dias, "Senhor da Pedra", apoiando-se em documentos eclesiásticos, como as *Memórias Paroquiais*, onde consta a referência a "Senhor de Pedra", designação que coincide com a expressão usada pelos mais idosos e a sua mãe. Cf. Bernardo (2008: 7, 8 n.º 4 -11).

²² Cf. Bargão ([1945]: 70-3).

não é.

O contexto social e a economia foi mudando drasticamente em todo o mundo rural, a partir dos anos 50/60 do século XX, como se sabe²³. As migrações extirparam a presença humana dos seus territórios, a cultura e as suas práticas foram com ela minguando. A propósito da Senhora da Consolação, António Lopes Mendes dizia, em 1914, "O povo de Salvaterra que foi sempre dotado de grandes sentimentos religiosos, embora enfraquecidos nestes últimos tempos, é, contudo, devoto da Nossa Senhora da Consolação (...)" (1914: 53)²⁴.

O colapso da realização da festa pela falta de bodeiros, eventualmente pela ausência da população, pela idade dos que ficaram, ou por carências de natureza económica, teve como consequência, tanto em Monfortinho como em Salvaterra, que a comissão dos bodeiros, nos termos em que se constituía tradicionalmente, terminou. Em Monfortinho, quem se tem responsabilizado pela festa e o bodo é a Associação de Nossa Senhora da Consolação²⁵, e em Salvaterra é a Confraria do Bodo de Salvaterra do Extremo²⁶. Ambas continuam a integrar um procedimento

²³ Jorge Arroiteia (1983) expõe a questão da emigração portuguesa considerando tanto o seu trajeto histórico, como também os destinos mais significativos. Tomando a França como destino preponderante na 2.^a metade do século XX, considera ser um fenómeno dos mais significativos o facto deste destino se ter generalizado "a todo o espaço continental português" (*op. cit.*, p. 60), ainda que o significativo fluxo ilegal não seja considerado na contabilização oficial. Como se reconhece em 1958, "paralelamente ao movimento emigratório legal, não inferior corrente ilegal se deve ter verificado com destino a França" (*Boletim Anual da Junta de Emigração*, 1958, p. 82, *ap. op. cit.*, p. 56). Um pico dessas saídas clandestinas do país é atingido entre 1969 e 1971, com uma média de 117.760 emigrantes por ano, o que representa 66,7% do total da emigração (legal e clandestina). Em 1975, o total de portugueses emigrados em França atingia os 20% da totalidade da emigração estrangeira naquele país (3,4 milhões). Reportando-nos ao distrito a que Salvaterra do Extremo pertence, entre 1955 e 1974, as preferências de destino evidenciadas em Castelo Branco foram, pela França, de 92% do seu total (*op. cit.*, 56-7; 60-1; 109-10). J. Arroiteia não deixa de referir as migrações internas, anotando a emigração para os grandes centros urbanos do litoral (Lisboa, Porto, Setúbal), correlacionada com a diferença entre perdas e ganhos de população nos distritos de origem e de destino (*op. cit.*, pp. 119-20). Uma perspetiva mais recente do fenómeno da emigração, que procura desenvolver o quadro atrás descrito até aos nossos dias, pesquisando sentidos e identificando constrangimentos, encontra-se, em síntese, em João Peixoto (2013). Por outro lado, as conjunturas e as dinâmicas que integram os fenómenos migratórios e o correlativo êxodo das populações rurais no país, acolhem-se no "declínio de um tempo longo" que Fernando Oliveira Baptista (1996) apresenta e explana profundamente.

²⁴ A Referência respeita à confrontação da monografia, atribuída a esta data (Rodrigues e Moreira, 2013, p. 78), e a cópia manuscrita de 1936. Note-se que população de Salvaterra do Extremo, em 1911, tinha 2.023 habitantes, em 1940, 2.666, em 1950, o seu valor mais elevado, de 2.853 habitantes, em 1960, 1100, e em 1970, 627 (População da freguesia de Salvaterra do Extremo, INE, Recenseamentos Gerais da População, Censos de 1864 a 2011).

²⁵ Constitui-se como associação com atividade classificada como associação de solidariedade social, que dispõe de um centro e dia e de serviço de apoio domiciliário a idosos.

²⁶ Constitui-se como uma associação com atividade classificada como "Outras atividades associativas, n.e." (C.A.E.).

litúrgico. Contudo, parece ser um fenómeno generalizante esta substituição de instituições locais que geriam funções comunitárias, dir-se-ia, segundo um direito consuetudinário, por outras, de direito formal, instituídas juridicamente na figura de associações, como estas mesmas, dotadas, até, de escritura notarial. Paula Godinho já referia este fenómeno em Alto Trás-os-Montes, em finais do século passado, como uma resposta ao esvaziamento das antigas instituições responsáveis, nomeadamente, pelas festas de aldeia, "As mordomias podem, por diversos motivos, falhar uma festa. Já uma comissão de festas, porque o número de elementos que a compõem é superior, não corre esse risco, ainda que no interior das comissões sejam frequentes os atritos inerentes à preparação das diferentes sequências festivas. Mais do que as comissões, a organização em associações, que representam uma estrutura mais rígida dá maiores garantias" (2006: 296).

CONTEXTOS DO BODO

O Bodo está de modo intrínseco associado à Primavera e, em termos litúrgicos, à Quaresma, uma vez que esta celebração (de Quarta-feira de Cinzas a Domingo de Páscoa) termina no dia anterior à realização da festa em honra da Senhora da Consolação. Despontando ao final do Inverno, a Quaresma e a sua mesa regem-se pelo recolhimento, a introspeção e a frugalidade, magra de jejuns e abstinência de carne (de animais de sangue quente), sendo a Quarta-feira de Cinzas e a Sexta-Feira Santa, hoje, os únicos dias de prescrição obrigatória (Oliveira 1984: 17-58). A celebração do último ciclo da vida de Cristo lembra, na Semana Santa, o sacrifício e a própria finitude, projetando-se num tempo crítico para o antigo mundo rural. A escassez crescente nessa época do ano é a norma para a maioria, é um tempo de incertezas e riscos que esconde, sepultas, as sementes do pão. Não admira, pois, que se ensaiem prédicas, exorcismos e sacrifícios, na esperança da ressurreição que virá celebrar a promessa do renovo (Oliveira 1984: 75-84, Brito 1996: 221-22).

À exceção daqueles que podiam adquirir dispensas eclesiásticas ou um peixe mais rico, aos outros resta apenas um regime alimentar à base de vegetais, ovos ou, enfim, o recurso ao bacalhau, que não é carne, mas, também, não se entende bem como peixe. Avultado nas confeções mais ricas, ele é feito crescer nas outras por mãos femininas, as que dominam as artes dos fritos, das massas e polmes, e o sabem multiplicar em pataniscas e pastéis de bacalhau (Sobral e Rodrigues 2013, Brito 2004: 150-151), tal como desdobram os ovos em ovos verdes ou, de grãos, cozem as melhores sopas.

Eram poucos os recursos, reduzidos, quantas vezes, às vitualhas que restavam nas arcas, ao quase nada a que se conseguia chegar por compra, e ao que se podia saber colher das plantas silvestres dos campos. Neste período de regime austero, todas essas comidas se instituíram ritualmente, ganhando, apesar da sua frugalidade, um sabor de verdadeiros manjares, aqueles que marcam, pelo carácter excepcional, a singularidade de um tempo, de uma partilha, de um gosto (Oliveira 1984: 203-206).

Avisada pelo interdito de se ir às hortas, logo no Domingo de Ramos²⁷, a Quaresma esgota-se na Sexta-feira da Semana Santa (Oliveira 1984: 69-73). E o Domingo de Páscoa, que pode chegar até meados de abril, é a festa, e virá assinalar, de novo, a exuberância da carne e dos seus assados, seja ela a do sacrifício das crias do gado miúdo, ou do vivo, de onde se tire algum coelho ou ave. Junta-se-lhe os bolos, pães doces, fritos, e doces próprios da quadra²⁸. Em comensalidades fraternais mais alargadas e dádivas, são esses outros ricos manjares que marcam cerimonialmente, de algum modo, a ritual propiciação da Primavera que espreita (Oliveira 1984: 85-96).

²⁷ Em relação ao Domingo de Ramos, a generalidade dos autores referidos, E. Veiga de Oliveira, J. Lopes Dias, J. Pais de Brito, anotam práticas alimentares específicas associadas a este evento, seja pela prescrição da castanha como alimento tradicional "obrigatório" – em "caldo de castanhas piladas, geralmente com feijão branco (Porto, Lousada, Mindelo, Paços de Ferreira, Cinfães, Fafe, Areias (Santo Tirso, Caldelas (Braga)) (...). Nas Beiras, o costume é também conhecido (...) dá-se ao caldo de castanhas, que se faz com leite, açúcar e canela, o nome de 'caldulo", Veiga de Oliveira. 1984: 69-72 – ou pela interdição do consumo de couves, cf. Lopes Dias (1955: 231) Veiga de Oliveira (1984: 70-2), Pais de Brito (1996: 222).

²⁸ Cf. Castro e Durão (2004: 148-9). É no Sábado de Aleluia que se realizava "A Queima do Judas", ritual que incorporava um "testamento", numa prática de natureza burlesca protagonizada por grupo de rapazes, em que o "Judas", em efigie, é queimado, depois de lido o seu "testamento", referido sempre a personagens da comunidade, cf. Oliveira (1984: 75-84). "Pensamos que expulsamos o inverno no Carnaval, quando queimamos o entrudo, mas vêm logo os quarenta dias de jejum, de morte e de sofrimento a lembrar que o inverno continua. Na quaresma, esse recolhimento doloroso interrompe-se, com a serração da Velha (que é a própria quaresma). Só com a queima de Judas é que se expia o inverno, só então ele é expulso definitivamente, por outros seis meses.", Pais de Brito (in Castro e Durão *op. cit.* p. 150). A propósito dos doces da época, Pais de Brito sublinha, "Penso que o açúcar é o território que faz a fronteira do sagrado com a transgressão. O açúcar hoje continua a ser o terreno do pecado, com todas as denúncias e alertas nos discursos de dietistas, médicos e nas imagens da moda. O pecado da gula está aqui associado a esse excesso de uma coisa aparentemente inútil que é o açúcar. O açúcar interessa-me muito por essa dimensão antropológica de pertencer ao reino do supérfluo, do excesso, da pura sensualidade e prazer, portanto, do pecado. Então ele é fortemente ritualizado e associado a algumas datas, em que se torna expressão do sagrado de transgressão, bem conhecido dos textos clássicos da antropologia. Com ele se transporta e constrói esse sinal positivo de sagração da divindade, dos dias festivos, da Páscoa, do Natal, do próprio Carnaval, dos dias santificados e de todas as festas que acompanham ritos de passagem. O açúcar instala-se como matéria e fluxo de dádiva e de comunicação.", in Castro e Durão (*op. cit.*, pp. 148-9). Relativamente à região, ver Longo e Chambino (2009).

BODO E CONFRARIA

A Confraria do Bodo não se integra em alguma dimensão religiosa, se bem que esteja ligada, pelo próprio nome, à dádiva de uma refeição coletiva. Outros bodos e outras festas se celebram como um compromisso de contra-dádiva a alguma divindade a quem é prestada como uma oferenda, um sacrifício que interpela uma graça, uma proteção.

Os seus estatutos não contemplam, pois, nem com os objetivos piedosos que estão na génese das ancestrais congéneres que se conhecem, cujo propósito se modelava nos seus princípios estatutários, a "dupla intenção de ajuda mútua e de beneficência:

"Esta traduz-se na esmola aos pobres justificada por citações bíblicas e numa solene refeição que se lhes oferecia uma vez por ano. A Confraria do Espírito Santo de Benavente, cujos estatutos datam de 1234, rodeia este ato de um ambiente de alegria, expresso em cânticos e danças públicas que não deixam de evocar o antigo *potlach*, o que mostra como são persistentes os esquemas mentais relacionados com as celebrações coletivas. Quanto à ajuda mútua, traduz-se na solidariedade com os confrades em caso de pobreza e muito particularmente na doença e na morte (...). A concentração das prescrições dos estatutos em torno destes atos (preces, sufrágios) altamente simbólicos não pode deixar de significar que a rede da confraria constitui uma forma de parentesco artificial, de resto bem marcada pelo próprio nome de confrades (...)", (Mattoso, 1985a: 409).

A Confraria de Salvaterra do Extremo, por sua vez: "(...) é uma Associação Cultural sem fins lucrativos com personalidade Jurídica constituída pelos outorgantes da escritura de constituição e pelos demais associados que vierem a ser admitidos deste regulamento interno e funcionará por tempo indefinido, através das regras contidas neste regimento" (Regulamento Interno, Cap. I, Art.º 1.º (Denominação e Natureza Jurídica); e relativamente aos seus objetivos, em síntese exemplificativa: "1. A Confraria tem por objetivo a realização do Secular Bodo como manda a tradição (rins, chanfana, arroz de tripas e patas, sopa de grão com massa, ensopado de cabra / ovelha, pão da região e vinho tinto), em louvor de Nossa Senhora da Consolação, sempre que por qualquer tipo de contradição não exista comissão de festas em honra da mesma para o realizar, se existir Comissão de Festas toma assim a confraria uma posição auxiliadora da sua Confeção. (...) A Confraria tem por fim específico o levantamento, defesa e divulgação do Património Gastronómico da Região da Beira Baixa em geral, e em especial de Salvaterra do Extremo, do

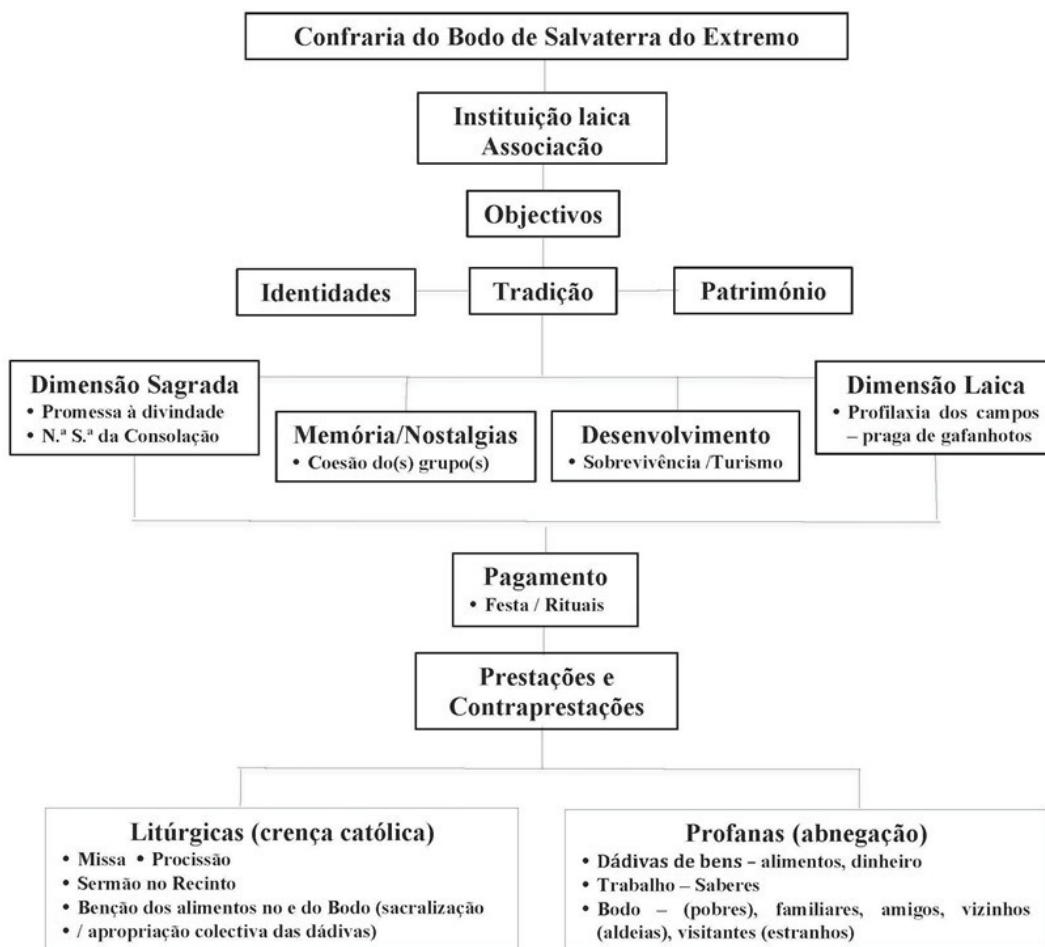
Município de Idanha a Nova e do centenário bodo. 2. Estão total e rigorosamente proibidos todos os actos de carácter político. (...)", (Art.º 4.º (Fins).

Estamos, deste modo, perante um caso que configura a situação de tantas outras confrarias no país: "As designações das confrarias revelam que a sua atividade se centra num produto (ex. o maranho), numa receita (ex. papas de sarrabulho), na promoção de um produto de um determinado núcleo como um concelho (p. ex. da urtiga de Fornos de Algodres), de uma localidade (p. ex. capão de Freamunde), ou de uma região mais vasta (p. ex. gastrónomos do Minho), (Forte 2013: 88).

A insígnia, que a confraria ostenta, reúne os elementos considerados simbolicamente mais representativos.

O complexo de relações estruturais e funcionais que se articulam entre a Confraria e o Bodo da Senhora da Consolação poderá, porventura, esquematizar-se do seguinte modo:

O Bodo de Salvaterra do Extremo: saberes e rituais



A ritualização da cadeia de procedimentos associados à construção do todo que são as comidas representadas no bodo, implica a sua organização em fases, por um lado e, por outro, nas tarefas especializadas correspondentes a cada uma delas.

Poder-se-á entender que o início se dá quando é promovida a recolha das ofertas, hoje meramente simbólica num percurso calculado pelas aldeias, a Torre e Salvaterra, correndo aqui as casas com maior receptividade ao pedido, adequando o modo de ser feito, também, de acordo com os seus donos, da maior deferência, ao tratamento menos formal, de proximidade, mais familiar. Não há critério que defina a natureza dessa doação, géneros como arroz, massa, grão-de-bico, azeite, toucinho, enchidos, entre outros, e dinheiro. O certo é que os grandes doadores são as autarquias, a câmara municipal e a união das juntas de freguesia, comprometendo-se a primeira em oferecer o dispêndio da carne. Reportando-nos ao bodo de 2017, o relatório da confraria contabiliza as ofertas, das quais constam, por exemplo, 3.900 € em dinheiro, a discriminação dos géneros e seus oferentes, onde surge a doação da câmara municipal correspondendo a 1.000 kg de carne e 45 kg de rins. Há ainda um outro peditório no decorrer do bodo, que angariou 1.267 €. Com exceção do pessoal da cozinha, todo o trabalho é voluntário e neste mesmo ano, em jeito de graça, estimou-se que a média de idade dos presentes estaria entre os 70 e os 80 anos.

O grande patrono são, decididamente as autarquias do concelho, a Câmara Municipal de Idanha-a-Nova e, por intermediação, a União das Freguesias de Monfortinho e Salvaterra do Extremo. Além da referida participação, a câmara custeou melhoramentos apreciáveis nas infraestruturas e componentes funcionais, cozinha, pavilhão, mobiliário e espaço envolvente. E quanto aos comensais presentes, o cálculo é sempre generoso, apontando para umas 900 pessoas, entre os filhos da terra no exterior que vêm à festa, os vizinhos das freguesias do concelho e, claro está, os de Zarza la Mayor, que marcam sempre presença.

Os trabalhos de preparação dos alimentos iniciam-se pela manhã de domingo, o dia de Páscoa, e respeita à desmancha das rezes e ao corte das carnes, que naturalmente tem o seu preceito, e onde os homens são quem, na primeira fase, têm o papel fundamental. No passado, os animais eram trazidos na antevéspera, e eram mortos no local. A circunstância é devida às exigências de controlo sanitário e veterinário que obriga ao abate de animais apenas em instituições legalizadas para o efeito, como os matadouros municipais. Por essa razão, anos houve em que não se conseguia fazer a chanfana, devido ao sangue não coalhar, mas acabou por se resolver esse contratempo.

O sangue e as vísceras são muito delicados e exigem um conhecimento próprio para os cuidar, conservar e cozer, retirar partes não aproveitáveis, e alguém

não sabendo, logo há quem se disponha a ajudar.

Na véspera do bodo (Domingo de Páscoa) têm lugar três das refeições, um almoço de manhã, um jantar e outra com os rins, pela tarde, onde os comensais são os participantes nas tarefas de preparação e alguns convidados especiais.

A organização dos trabalhos de construção do bodo, dinamizada pelos elementos da confraria, integra de modo significativo a comunidade, não apenas os que podem participar de forma direta, mas também os outros, os locais a quem serão distribuídas as sobras do bodo, e mesmo aqueles que se distanciam, marcando outra interpretação da festa²⁹.

A terceira refeição da véspera é a chanfana, em jeito de merenda, onde acorrem os que ajudam à preparação do bodo e convidados com estatuto especial. Ao final do dia, panelas de ferro e caldeiros têm que ficar prontos para cozinhar, o que também implica estarem com a lenha posta para o lume.

É nas panelas de ferro que se faz o Arroz de Tripas e Patas e a Sopa de Grãos, e ao fim do dia (véspera) adiantam-se os preparativos para cozinhar. As panelas que irão cozer a Sopa de Grãos e os caldeiros o Ensopado, ficam prontos a acender o lume, o que irá acontecer pela madrugada (por volta das 2 horas ou 2:30) para que tudo esteja pronto ao meio-dia.

EM FECHO

A perspetiva historiográfica não é de somenos se se quiser lograr uma compreensão de Salvaterra do Extremo e do seu Bodo à Senhora da Consolação. Pensando no povo desta aldeia que já foi vila, e a questão dramática porque passou (como outras, naturalmente) quando da apropriação privada dos baldios, divididos por todos e a pagar cada um – as iniciativas de ação judicial (1896) por alegado incumprimento da lei e de manifestas irregularidades por parte dos terratenentes, as tentativas de ocupação de terras que reclamavam serem suas, a esperança saída

²⁹ Não são apenas aqueles que, quanto muito, iam à "prova dos rins", o momento reservado e mais intimista que antes se promovia apenas para os mais significativos doadores, mas os que ainda hoje não frequentam o bodo, por se ter como coisa para os que pouco ou nada têm. E há ainda uns outros, aqueles para quem vincar a ausência é afirmar-se e afirmar uma outra postura, uma crítica que se mantém reservada, ou uma dissonância com o sentido geral que a festa hoje toma, ou com os poderes que a conduzem, fazendo lembrar, de algum modo, os *hidden transcripts* de James Scott (*Domination and the arts of resistance: hidden transcripts*. New Haven: Yale University Press, 1990), ou o *registro escondido*, como diz José Manuel Sobral ("Memoria social, identidad, poder y conflicto". In *Revista de Antropología Social*, n.º 13, 2004, pp. 137-159), *op. cit.*, p. 152.

da implantação da República e as ações tomadas perante as novas autoridades republicanas, lograram-se. No último requerimento apresentado em 1911, ainda se pode encontrar a afirmação acusatória de "caciquismo" e de "caciques" locais, contudo, as autoridades limitaram-se a arrastar o processo sem lhe dar solução, até vir a esmorecer, por si, a partir de 1914, com as mobilizações para a guerra. E se ainda veio a manifestar-se depois da guerra, a repressão violenta, que sempre esteve presente, veio a agravar-se ainda mais com o advento da Ditadura Nacional, em 1926, afogando de vez as reclamadas pretensões à justiça da comunidade (cf. Rodrigues e Moreira 2013: 281-312).

Este ambiente vivido até à saída em massa da população, a partir dos anos 50³⁰, fez-me recordar um testemunho que J. Boissevain cita de um seu interlocutor,

"No se puede imaginar usted la miseria, la dependencia que sufría mi padre cuando tenía mi edad. Hoy día yo tengo ahorros, una pensión y un automóvil, y tengo servicios médicos estatales si caigo enfermo. El no tuvo nada de esto. Tuvo que trabajar muy duro hasta el final. También permaneció servil a la Iglesia y a los caciques locales. Yo tengo una independencia que él no conoció, que nunca imaginó siqueira" (Boissevain 1986: 123).

Há, pois, que pensar o bodo de um outro modo. É um capital simbólico e cultural que cumpre o estatuto de património cultural. Sendo atuado e atualizado num esforço que modela a prática, os costumes e uma certa ritualidade, congrega os aspetos materiais envolvidos, com um sentido vivido do intangível, do crer e saber fazer. E tudo isso se propõe e compõe com agentes e iniciativas locais, com um protocolo que se regista em forma de letra nos ditames da sua confraria, que reforça a identidade da comunidade e, de algum modo, a sua coesão, extensível à diáspora, e que também a promove, ligando Salvaterra a outros mundos.

Potenciando uma atratividade integrada nos fenómenos de patrimonialização e turistificação, o bodo não traz apenas os conterrâneos e os vizinhos, há ainda os forasteiros, os de fora, tocados pelas nostalgias da terra, dos "comeres de antigamente", do mundo longínquo da cidade e dos seus ritmos do quotidiano de onde

³⁰ Os censos populacionais de Salvaterra do Extremo, na série que os regista de 1864 a 2011, permitem observar as variações nas décadas mais significativas em que a de 50 se enquadra e a evolução populacional até 2011: 1930-2343; 1940-2666; **1950-2853**; 1960-1100; 1970-627; 1981-436; 1991-321; 2001-203; 2011-170 – só de 1950 a 1960, a população reduziu-se em cerca de 61,4%; cf. INE (Recenseamentos Gerais da População) *ap.* "Salvaterra do Extremo". In *Wikipédia* [online]. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Salvaterra_do_Extremo. Ver ainda nota 23, relativa às mudanças verificadas no mundo rural a partir dos anos 50/60.

se ensaiam fugas (Sobral 2016, 2017). E depois são as comidas, a disseminação fragmentada dos alimentos que as compõem de um modo indiferenciado, e que por isso mesmo se podem repartir coletivamente, de um modo igualitário.

Integrado no programa dos Mistérios da Páscoa em Idanha, editado pela Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, o Bodo de Nossa Senhora da Consolação integra-se na rúbrica "Prolongamento da Alegria Pascal em Celebrações à Madre de Deus", colando-o assim, como uma extensão das celebrações pascais, a par de outras manifestações, sejam romarias ou outras festas de exterior. Parece ser este o futuro do cumprimento do voto à Senhora da Consolação, um desejo de futuro³¹.



Salvaterra do Extremo. O bodo de Nossa Senhora da Consolação. Preparação e cozinha. Panelas e caldeiros ao lume a cozinhar, na manhã do bodo. Foto do autor.

³¹ Com todo o respeito, atrever-me-ia a formular um outro voto. Desaparecidos os gafanhotos, porque não apelar à intervenção da Senhora, mas desta feita, em vez de se querer expulsar insetos, apelar-se-ia a uma outra invasão, mas desta feita a de visitantes.

BIBLIOGRAFIA

ARROTEIA, Jorge Carvalho (1983), *A Emigração Portuguesa – Suas origens e distribuição*, "Biblioteca Breve – 79". Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa – Ministério da Educação.

BAPTISTA, Fernando Oliveira (1996), "O declínio de um tempo longo". In Joaquim Pais de Brito, Fernando Oliveira Baptista e Benjamim Pereira, coords., *O Voo do Arado* [Catálogo]. Lisboa: Museu Nacional de Etnologia / IPM, Ministério da Cultura, 35-77.

BARGÃO, José Dias, Capitão (1999) [1945], *Monografia de Salvaterra do Extremo* [ed. fac-simile]. Idanha-a-Nova: Câmara Municipal de Idanha-a-Nova.

BERNARDO, Bonifácio (2008), *A Festa de Nossa Senhora da Consolação*. Portalegre: Ed. de autor.

BOISSEVAIN, Jeremy (1986), "Cuando los santos salen de procesión: Reflexiones sobre la decadencia del patronazgo en Malta", In Ernest Gellner y otros. *Patronos y Clientes en las sociedades mediterráneas*. Madrid: Ediciones Júcar, 115-135.

BRITO, Joaquim Pais de (1996), "Coerência, incerteza e ritual no calendário agrícola". In Joaquim Pais de Brito, Fernando Oliveira Baptista e Benjamim Pereira, coords., *O Voo do Arado* [Catálogo]. Lisboa: Museu Nacional de Etnologia / IPM, Ministério da Cultura, 217-229.

CASTRO, Celso & Durão, Susana (2004), "Entrevista com Joaquim Pais de Brito", *Estudos Históricos*, n.º 33: 147-158.

CATANA, António (2004), *Mistérios da Páscoa em Idanha*. Lisboa: Ésquilo Edições e Multimédia. Lda.

CHAMBINO, Eddy (2008), *Pastores, guardiões de uma paisagem*. Idanha-a-Nova: Câmara Municipal de Idanha-a-Nova.

DIAS, Jaime Lopes (1934), "Regime e Organização do Trabalho Rural, Englobando a Questão da Higiene e Conforto no Concelho de Idanha-a-Nova", *Boletim de Agricultura*, n.ºs 9 e 10 – 3.ª série.

DIAS, Jaime Lopes (1991) [1948], *Etnografia da Beira – Lendas, Contos, Romances, Costumes, Indústrias Regionais, Tradições, Crenças e Superstições*. VII. Lisboa: Torres & C.^{ia} – Livraria Ferin. [Edição fac-simile]. Idanha-a-Nova: Câmara Municipal de Idanha-a-Nova.

FORTE, Maria João Figueiredo (2013), *Territórios culturais e património gastronómico: da “cerdeira” à cereja do Fundão* [Tese de Doutoramento em Estudos Portugueses, especialidade: Estudos de Cultura]. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas / Universidade Nova de Lisboa.

GODINHO, Paula (2006), *O Leito e as Margens – Estratégias familiares de renovação e situações liminares em seis aldeias do Alto Trás-os-Montes raiano (1880-1988)*, Lisboa: Edições Colibri / Instituto de Estudos de Literatura Tradicional.

LONGO, Paulo & CHAMBINO, Eddy (2009), *Doces de Festa em Idanha-a-Nova*. Idanha-a-Nova: Câmara Municipal de Idanha-a-Nova / Casa do Povo de S. Miguel d'Acha.

MATTOSO, José (1985a), *Identificação de um País. Ensaio sobre as origens de Portugal 1096-1325. I – Oposição*, Lisboa: Editorial Estampa.

MATTOSO, José (1985b), *Identificação de um País. Ensaio sobre as origens de Portugal 1096-1325. II – Composição*, Lisboa: Editorial Estampa.

MENDES, António Lopes, coronel [1914], *Monografia de Salvaterra do Extremo*. Salvaterra do Extremo: Cópia fotocopiada de cópia manual elaborada por António Joaquim os Santos Carreiro (Tó Bernardo), em 2000, transposta, por sua vez, de cópia manual de José Flores Romão, escrita em 1936.

NEVES, Céu (2016), "Na aldeia mais portuguesa quase não há portugueses". In Céu Neves, Desertificação, DN, *Diário de Notícias, Sociedade* [online], 24 de abril de 2016. <https://www.youtube.com/watch?v=qmlw-fdmP4c>

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de (1984), *Festividades Cíclicas em Portugal*, Lisboa: Publicações Dom Quixote.

PEIXOTO, João (2013), "Migrações". In José Luís Cardoso, Pedro Magalhães e José Machado Pais (orgs.), *Portugal Social de A a Z – Temas em aberto*. Paço de Arcos: Expresso e ICS-UL.

PINHEIRINHO, José António dos Santos (2001), *Rosmaninhal. Passado e presente da antiga vila Raiana da Beira Baixa*. Idanha-a-Nova: Câmara Municipal de Idanha-a-Nova.

RIBEIRO, Orlando (1939), "Povoamento rural e regime agrário no Sudeste da Beira". In *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, IV.

RODRIGUES, Ramiro de Oliveira & MOREIRA, José Manuel dos Reis Vermelho, coronel (2013), *Salvaterra o Extremo. A terra que nos viu nascer*. Idanha-a-Nova:

Câmara Municipal de Idanha-a-Nova.

ROVISCO, Eduarda (2013), *Não Queirais Ser Castelhana. Fronteira e contrabando na raia da Beira Baixa*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian | Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

SALVADO, Maria Adelaide Neto (2001), *Nossa Senhora da Azenha – a Luz da Raia*. Castelo Branco: Câmara Municipal de Idanha-a-Nova.

Silva, Luís (2016), *Identidade Nacional. Práticas e Representações junto à Fronteira do Guadiana*, Lisboa: ICS Imprensa de Ciências Sociais.

SOBRAL, José Manuel & Rodrigues, Patrícia (2013), "O 'fiel amigo': o bacalhau e a identidade portuguesa", *Etnográfica*, 17 (3): 619-649.

SOBRAL, José Manuel (2016), "Globalização alimentar, identidades e culinária". In Diogo Ramada Curto (org.), *Estudos sobre a Globalização*. Lisboa: Edições 70, 371-95.

SOBRAL, José Manuel (2017), "O revivalismo da alimentação regional e local e as estratégias de desenvolvimento rural.". In Pedro Tomé Martín (ed.). *Reflexiones Rayanas. 2*. Ávila: Asociación de Antropología de Castilla y León “Michael Kenny”, 199-220.

TEIXEIRA, Vasco A. Valadares & RIBEIRO, Nuno Filipe (2013), "The lamprey and the partridge: a multi-sited ethnography of food tourism as an agent of preservation and disfigurement in Central Portugal" *Journal of Heritage Tourism*, DOI:10.1080/1743873X.2013.767813.

TEIXEIRA, Vasco A. Valadares (2005), *Comidas e práticas do sistema alimentar na região do Fundão*, Lisboa: Edições Colibri / Instituto de Estudos de Literatura Tradicional.

VASCONCELOS, José Leite de (1986) [1936], *Etnografia Portuguesa*. II. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.